



Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro ,n. 22, jun. 2008

Persecução penal e devido processo legal no Brasil e na Common Law Tradition: análise histórica e comparativa à luz da aplicação de princípios democráticos. Abel Fernandes Gomes; Eduardo Leite Chazan; Renata Gil de Alcântara Videira; Rita de Cássia Alves Antunes; Roberta da Silva Dumas Regos	Página 17 a 34 Total de páginas: 18
A criminalização da sonegação do decreto de prisão preventiva Ana Paula Mendes de Miranda	Página 35 a 60 Total de páginas: 26
O STF e a fundamentação do decreto de prisão preventiva. André Lenart	Página 61 a 80 Total de páginas: 20
O defensor e a prisão em flagrante delito. Carlos Henrique Borlido Haddad	Página 81 a 92 Total de páginas: 13
Escolha racional e criminalidade: uma avaliação crítica do modelo. Marcelo da Siveira Campos	Página 93 a 110 Total de páginas: 18
Despenalização e penalização da violência contra a mulher brasileira. Maria Stella de Amorim	Página 111 a 128 Total de páginas: 18
A aplicação da convenção interamericana contra o terrorismo no Brasil. Paulo Emílio Vauthier Borges de Maceddo	Página 129 a 146 Total de páginas: 18
A invenção do inquérito policial brasileiro em uma perspectiva histórica comparada. Regina Lúcia Teixeira Mendes	Página 147 a 170 Total de páginas: 24
O tempo vertiginoso: impossível de se captura na lei? Ronaldo Lobão	Página 171 a 190 Total de páginas: 20

Breves notas sobre o regime disciplinar diferenciado Vladimir Costa Magalhães	Página 191 a 206 Total de páginas: 16
Repensando a competência para a execução penal nas condenações proferidas pela Justiça Federal Aluisio Gonçalves de Castro Mendes	Página 207 a 212 Total de páginas: 6
Competência da Justiça Federal. Concussão praticada por médicos conveniados do SUS. Incompatibilidade do reconhecimento de agravantes de ofício pelo magistrado Américo Bedê Freire Júnior	Página 213 a 222 Total de páginas: 10
Tráfico internacional de mulheres. Danilo Fontenele Sampaio Cunha	Página 223 a 248 Total de páginas: 26
Desclassificação de crime de falso de documento federal para estelionato simples, da competência da Justiça Estadual. Fábio Nobre Bueno Brandão	Página 249 a 252 Total de páginas: 4
Sistema financeiro nacional. Cooperativa de crédito. Empréstimos. Dirigentes. Má-aplicação e gestão. Condenação. Francisco Glauber Pessoa Alves	Página 253 a 266 Total de páginas: 14
A falsificação documental que supera a função de crime-meio para a prática de ilícitos em organização criminosa: não-incidência do princípio da consunção Leopoldino Koehler	Página 267 a 286 Total de páginas: 20
Aplicação do princípio da insignificância George Marmelstein	Página 287 a 288 Total de páginas: 2
O exame antropológico em crimes imputados a indígenas Marcio Luiz Coelho de Freitas	Página 289 a 296 Total de páginas: 10
Multa fixada em embargos de declaração nitidamente protelatórios no processo penal Rodolfo Kronenberg Hartmann	Página 297 a 300 Total de páginas: 4
Princípio da insignificância no crime no art. 168-A do CP Rodrigo Esperança Borba	Página 301 a 306 Total de páginas: 6
Fraude em concurso público: enquadramento legal e análise probatório Rogério Roberto Gonçalves de Abreu	Página 307 a 326 Total de páginas: 20

Decisão interlocutória. Crimes praticadas por policiais militares em serviço e competência da Justiça Federal
Simone

Página 327 a 338
Total de páginas: 12